



PARECER TÉCNICO

Solicitante: CPL.

Finalidade: Solicitação de análise e parecer técnico quanto ao processo de Locação de Software de Gestão Pública Municipal, para atender as necessidades do Município de Mãe do Rio.

DA LEGISLAÇÃO:

- Lei nº 8.666/93;
- Constituição Federal;

DA PRELIMINAR:

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Arts. 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão. Visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar, lembrando ainda que, por força regimental, a resposta à consulta não constitui pré-julgamento de fato ou caso concreto.

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser encaminhado por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório nos autos encaminhados pela Comissão Permanente de Licitação.

Compulsando os autos, da análise do referido Processo Licitatório, identificou-se:

- Consta solicitação de autorização, das Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para o gestor municipal para abertura do processo Licitatório;
- Consta justificativa para contratação, considerando a confiabilidade dos serviços e pela notória especialização;
- Consta proposta da empresa ASP Automação Serviços e Produtos de Informática LTDA, CNPJ: 02.288.268/0001-04 e o projeto básico;



80
[Handwritten signature]

- Em Certidão de Dotação Orçamentária, fornecida pelo Departamento de Contabilidade, constatou-se que existe previsão orçamentária para que o serviço fosse autorizado;
- Consta autorização, no dia 05 de Janeiro de 2017, do gestor municipal para abertura do processo;
- Consta autuação do processo no dia 06 de Janeiro de 2017;
- Consta justificativa para contratação, com fundamentação legal no Art. 25 inciso II, combinado com o Art. 13 inciso III e caput 1º do Art. 25 da Lei nº 8.666/93.
- A empresa ASP Automação Serviços e Produtos de Informática LTDA, CNPJ: 02.288.268/0001-04, apresentou todos os documentos de habilitação exigidas para contratação;
- Consta Parecer Jurídico opinando pela aprovação do processo e minuta de contrato;
- Consta termo de ratificação do ordenador de despesa para publicação e para contratação da empresa ASP Automação Serviços e Produtos de Informática LTDA, CNPJ: 02.288.268/0001-04, no valor de R\$ 60.000,00.
- O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas e contendo carimbo do órgão.

MANIFESTA-SE, portanto:

De acordo com o exposto, esta Controladoria **RECOMENDA** o prosseguimento do processo, conforme a Lei nº 8.666/93.

É o Parecer, S.M.J.

Mãe do Rio/PA, 10 de Janeiro de 2017.

João Junior Borges de Oliveira
Controlador Geral do Município